

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1199/17	<b>DATA:</b> 30/08/2017	
<b>LOCAL:</b> Plenário 13 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h40min	<b>TÉRMINO:</b> 16h55min	<b>PÁGINAS:</b> 23

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
<b>WILLIAN FERREIRA DA CUNHA</b> - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais. <b>MARCUS VINICIUS PAOLUCCI</b> - Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL. <b>JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO</b> - Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.

<b>SUMÁRIO</b>
<b>Debate sobre a situação atual da implantação de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiências visuais nos meios de comunicação eletrônica.</b>

<b>OBSERVAÇÕES</b>
Houve exibição de imagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Boa tarde.

Declaro abertos os trabalhos da presente audiência, convocada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 109, de 2017, e 114, de 2017, de autoria dos Deputados Lobbe Neto e Carlos Gomes, respectivamente, para debater a situação atual da implantação de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiências visuais nos meios de comunicação eletrônica.

Informo a todos os presentes que este plenário, o Plenário 13, está equipado com tecnologias que conferem acessibilidade, tais como o aro magnético, *bluetooth* e sistema FM para usuários de aparelhos auditivos. Além disso, temos o serviço de intérprete de LIBRAS.

Vamos convidar para a formação da Mesa o Sr. Willian Ferreira Cunha, Vice-Presidente da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais; o Sr. Marcus Vinicius Paolucci, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL; o Sr. José Arimatéia Araújo, Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.

Outros órgãos foram convidados, mas seus representantes não puderam comparecer. Serão enviados a eles as notas taquigráficas e os áudios desta reunião, na íntegra, para que tomem ciência dos fatos aqui relatados. Refiro-me ao representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT; ao Sr. Álvaro Vasconcelos, representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL; e ao representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC. Os representantes desses três órgãos nominados não puderam comparecer, por isso receberão as notas e os áudios na íntegra.

Quero dar boas-vindas aos presentes e aos palestrantes.

Neste momento, não temos nenhum Deputado presente nesta reunião, porque os Parlamentares estão no Plenário e em outras Comissões.

Vamos aqui definir as normas para o debate.

Antes de passar a palavra aos convidados, peço a atenção dos senhores presentes para as normas internas da Casa.

O expositor fará as suas explanações em 15 minutos. Os Srs. Deputados interessados em interpelar os expositores deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Após o encerramento das exposições dos palestrantes, cada

Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimento, dispondo os senhores expositores de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Comunico também que os senhores participantes poderão fazer questionamentos aos palestrantes, se previamente inscritos.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada e, por isso, solicito que falem ao microfone, dizendo o seu nome parlamentar ou o seu nome, quando anunciados por esta Presidência.

Então, depois dos informes, passamos a palavra, por ordem de chamada, ao Sr. Willian Ferreira da Cunha, por 15 minutos.

**O SR. WILLIAN FERREIRA DA CUNHA** - Boa tarde a todos e a todas.

Falarei fora do microfone, só para os meus colegas visualizarem onde estou.

Primeiro, quero cumprimentar os colegas da Mesa, por intermédio do Presidente da Comissão, e todos os presentes.

É uma honra fazer parte desta Mesa, especialmente por representar os deficientes — eu tenho deficiência visual caracterizada como baixa visão — e por ser Vice-Presidente de uma entidade que atua na defesa de direitos e que representa pessoas que necessitam de habilitação e reabilitação.

A nossa entidade é filiada a uma organização nacional de cegos que faz parte da composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Assistência Social e de outros organismos nacionais e internacionais.

Eu quero dizer que o Brasil é um dos países com grande avanço na legislação, em se tratando do tema de acessibilidade, porque a Lei de Acessibilidade existe desde 2000 e o País teve a força de ratificar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, através do Decreto nº 6.949, de 2009. Também em 2015 tivemos um bom resultado, num brilhante trabalho desta Casa, a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão, a Lei nº 13.146.

Na verdade, como entidade de defesa dos direitos de pessoas com deficiência, estamos aqui mais para ouvir o que a máquina pública tem a nos dizer para garantir a acessibilidade na comunicação.

Eu convido vocês a fazerem este teste em casa: assistam ao jornal de sua preferência com os olhos fechados e verifiquem se terão compreensão de toda a notícia.

Garantir a acessibilidade — quero deixar isso muito claro — é materializar o princípio da isonomia, é dar direito à igualdade de oportunidade de nós, pessoas com deficiência, termos acesso à informação.

Ter acesso à informação gera conhecimento. Quando se gera conhecimento, se gera cidadão.

Então, enquanto representantes de entidade de defesa de direitos, estamos aqui para colaborar e somar seja na elaboração de diretrizes, seja na elaboração de políticas públicas.

A Convenção da ONU de que falei, ratificada inicialmente pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e posteriormente pelo Decreto nº 6.949, de 2009, traz um princípio muito importante. Se o Governo — nós, como usuários — quiser ter êxito na política pública, deve observar este princípio que a Convenção da ONU nos traz: *“Nada sobre nós sem nós”*. Como vai ser criada uma política pública sem a participação dos usuários com deficiência, seja em qualquer segmento de deficiência? É impossível termos êxito na elaboração de políticas tão importantes. E tudo aquilo criado por uma pessoa com deficiência as demais pessoas utilizam.

Então, estamos aqui à disposição e prontos para ouvir o que a máquina pública tem feito com a Lei de Acessibilidade desde o ano 2000 e com a Convenção da ONU, sobre a qual existe emenda constitucional, para garantir o acesso à informação das pessoas com deficiência visual.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Concedo a palavra ao Sr. Marcus Vinicius Paolucci.

**O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI** - Boa tarde a todos.

Obrigado, Deputado Zé Augusto.

Primeiramente, em nome do Presidente da ANATEL, o engenheiro Juarez Quadros, quero agradecer pelo convite formulado por esta Comissão à Agência Nacional de Telecomunicações para discutir o importante tema da acessibilidade.

Todas as vezes que for convidada, a ANATEL se fará presente. Infelizmente, hoje o Presidente não pôde vir, mas mandou representante.

Quero cumprimentar também os meus companheiros da Mesa, o Sr. Willian Ferreira e o Sr. José Arimatéia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Preparamos uma pequena apresentação e pretendemos seguir esse roteiro.

Primeiro, vou falar de alguns números sobre deficiência; da legislação aplicada voltada especificamente para a ANATEL; dos tipos de recurso de acessibilidade que temos; das obrigações; da atuação da ANATEL; por último, da acessibilidade na ANATEL.

Segundo o Censo IBGE de 2010, o Brasil possuía 45,6 milhões de pessoas, ou 24% da população, que declaravam algum tipo de deficiência.

No caso, a deficiência segmenta-se em: alguma dificuldade, grande dificuldade e não consegue de modo algum. Esses são dados do IBGE, uma estratificação feita pelo IBGE.

Então, no Censo de 2010, cerca de 36 milhões de pessoas declararam algum tipo de deficiência visual; 9 milhões e 800 mil pessoas, auditiva; 13 milhões e 300 mil pessoas, motora; e 2 milhões e 600 mil pessoas, intelectual, num total de 45 milhões de pessoas.

Vou falar um pouco agora sobre a legislação aplicada. Aí estão as principais normas que mapeamos.

Primeiro, temos a Lei Geral de Telecomunicações, que criou a ANATEL e que se aplica ao setor de telecomunicações. Ela determina a competência da ANATEL em relação ao setor de comunicação eletrônica e radiodifusão, a fiscalização dos aspectos técnicos e das estações de radiodifusão.

Temos a Lei nº 10.098, de 2000, que estabeleceu as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Temos também o Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.098.

Por último, uma das peças que a ANATEL mais utiliza é a portaria do Ministério das Comunicações, hoje já no MCTIC, que é a Portaria nº 310, de 2006, que aprovou a Norma Complementar nº 1, de 2006, que traz os recursos

de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

E onde entra a ANATEL? Em 2001, por meio de um convênio firmado com o antigo Ministério das Comunicações, a ANATEL recebeu por delegação competência para fiscalizar o serviço de radiodifusão e ancilares, bem como instaurar e instruir processos de apuração de infração, ficando a parte do sancionamento ainda com o Ministério das Comunicações, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A norma prevê quatro tipos de recursos de acessibilidade: legenda oculta, audiodescrição, dublagem e janela de LIBRAS.

A legenda oculta corresponde à transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.

A audiodescrição é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.

A dublagem é a tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios dos personagens em cena.

E a janela de LIBRAS é o espaço destinado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS.

Passo às obrigações. A legenda oculta e a dublagem devem ser veiculadas a partir de 28 de junho de 2017, porque a norma previu o escalonamento da obrigação. Então, a partir de 28 de junho deste ano, na totalidade da programação, deverá haver legenda oculta e dublagem da programação exibida pelas emissoras de TV e RTV. A audiodescrição deve ser veiculada, no mínimo, de 2 horas a 20 horas semanais, na programação exibida, no horário compreendido entre 6 horas da manhã e 2 horas da manhã, pelas emissoras de TV e RTV, em tecnologia digital. E os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem como campanhas institucionais e

informativos de utilidade pública, veiculados também pelas TVs e RTVs, devem conter janelas de LIBRAS.

Pois bem, vou falar um pouco da atuação da ANATEL. A atuação da ANATEL se dá, como eu disse, pelo convênio, em termos de fiscalização desses aspectos relacionados à acessibilidade. A ANATEL é demandada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e atua provocada.

No ano passado, nós tivemos 447 demandas e conseguimos realizar 370. Das 370 realizadas no ano passado, 366 foram em termos de acessibilidade, 3 de legenda oculta e 1 de audiodescrição. Esse é o total. Neste ano, nós já tivemos programadas 194 e realizamos 117. Então, no ano passado, conseguimos cumprir 83% das ações demandadas e, neste ano, até o momento, 60%.

Mesmo diante das várias dificuldades orçamentárias em que vive o País, temos realizado as fiscalizações demandadas. Não conseguimos atingir a plenitude, mas a ANATEL entende como importante a acessibilidade e está envidando todos os esforços na realização de fiscalizações.

Por fim, eu queria mostrar a vocês a página da ANATEL dedicada à acessibilidade de serviços de telecomunicações, onde estão descritos os direitos dos cidadãos com deficiência em relação ao serviço de telecomunicações. Então, no nosso sítio, [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br), há uma página voltada essencialmente para acessibilidade.

Eu já disse aqui e vou reforçar: o papel da ANATEL fica restrito à fiscalização da parte de acessibilidade demandada pelo Ministério, que elabora as normas que devem ser seguidas. O papel da ANATEL, então, fica na perseguição do que está sendo executado em relação às normas.

Era isso que eu tinha a apresentar. Fico aberto a perguntas e ao debate.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Obrigado.

O pessoal está sendo bastante econômico no tempo. Isso é bom porque sobra mais tempo para vocês fazerem perguntas.

Vamos conceder a palavra agora ao Sr. José Arimatéia Araújo.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Boa tarde ao Presidente da Mesa. Boa tarde aos demais componentes da Mesa. Boa tarde a todos os presentes.

Na verdade, eu estou representando aqui a EBC — Empresa Brasil de Telecomunicação. Quero agradecer o convite, em nome do nosso Presidente, o jornalista Laerte Rimoli, que não pôde comparecer, porque neste momento está em férias, fora do País.

De certa forma, fomos pegos de surpresa com a indicação ontem à noite para estarmos presentes aqui hoje. Poderíamos preparar um material bem substancial para apresentação, mas, de qualquer forma, vamos discorrer sobre questões específicas da atuação da EBC, uma vez que a Empresa tem vários veículos, várias plataformas, como *web*, rádio, TV, agência e radioagência.

Na televisão, mais especificamente, nós estamos procurando atender às normas vigentes, cumprir a legislação, oferecendo legenda oculta 24 horas da sua programação e também audiodescrição.

Com relação às plataformas de televisão, nós temos dois canais. A *TV NBR*, abreviatura, conforme chamamos, na verdade é *Nacional Brasil*. Na época em que foi criado o canal, a *RADIOBRÁS* funcionava em Brasília. Na *RADIOBRÁS*, havia a *TV Nacional de Brasília*. Como passamos a transmitir por satélite, em âmbito nacional, nós criamos a *NBR*, ou seja, a *Nacional Brasil*, hoje a chamada *TV Brasil*.

A audiodescrição é outro item da norma. Como disse, estamos fazendo todo o esforço para cumprir a legislação. Regramentos da nossa norma técnica de aquisição e produção de conteúdo preveem inclusive os fornecedores de conteúdo, para que esse produto já venha com a sua legenda oculta gravada e também com audiodescrição, a fim de fazermos a exibição disso.

Em produtos da casa, temos ainda algumas deficiências quanto ao cumprimento dessa norma. Mas, na grade geral, na transmissão pelo ar, para todos os telespectadores, essa norma está sendo cumprida.

O rádio, por exemplo, é outro veículo que atende muito bem o portador de deficiência visual. A *Radioagência* é outro veículo que pode ser acessado por esse grupo de pessoas, com a qual também vai ser muito bem atendido.

A ANATEL está aqui como órgão de fiscalização dessas normas, e a EBC está aqui contribuindo para este debate, dizendo: “*Nós estamos procurando fazer o nosso dever de casa*”.

Precisavam estar aqui também outros representantes, mas não puderam comparecer, como a ABERT, a ABRATEL, principalmente representantes da



iniciativa privada, até por questões de audiência. Hoje, a TV pública tem uma audiência bem menor do que a audiência das emissoras privadas, mas isso se deve não só ao conteúdo.

Inclusive aproveito o fórum para dizer que nós estamos numa campanha ferrenha para entrar no *line-up* HD das operadoras de TV por assinatura, porque a TV pública está sendo produzida com a qualidade da TV privada, mas, no momento, nós estamos sendo carregados apenas no *line-up* SD ou analógico das operadoras. Isso degrada a nossa qualidade de programação.

Às vezes, somos questionados: “A TV pública tem uma imagem ruim. A TV Brasil podia melhorar a sua imagem”. Na verdade, nós estamos nessa briga, porque toda a cadeia de produção vem com a mesma qualidade de uma TV privada. Quem assiste à nossa programação do ar, pode conferir isso. Então, a nossa qualidade é tão boa quanto à de emissora privada.

Para finalizar, eu quero agradecer o convite, a participação, e dizer que temos dificuldade de fazer a legenda oculta ou a audiodescrição, porque o custo/hora dessa operação ainda hoje é elevado. Isso é uma das restrições ao cumprimento dessas normas não só por parte da TV pública, que queria estar na vanguarda desse processo, como também por parte das emissoras privadas.

Estou aberto às perguntas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Mais uma vez, o nosso palestrante foi bastante sucinto.

Antes de passar a palavra adiante, vou fazer três observações. Corrijam-me, se for necessário.

O Willian disse uma coisa muito importante: “*Sem a participação da sociedade — a sociedade da qual estamos falando aqui —, o poder público não tem como atendê-la*”. É fundamental que o poder público ouça essa sociedade para que as coisas possam acontecer o mais rapidamente possível.

A ANATEL é uma agência fiscalizadora, mas, pelo que entendi, ela precisa ser demandada, acionada. Às vezes cobramos: “*Por que não fiscalizam?*” Mas, para fiscalizar, o órgão tem que ser demandado. Nesse aspecto entra a sociedade, que tem o conhecimento e é quem vai levar essas demandas à Agência.

Está aqui também a Empresa Brasil de Comunicação. Pelo que o palestrante colocou — talvez eu esteja enganado —, a empresa já está produzindo de acordo com as normas. Olhem que oportunidade tem de produzir isso para a empresa privada, para a televisão aberta! Talvez seja um bom campo. Mas isso é coisa para se ver lá na frente.

A nossa Deputada Carmen Zanotto, que acompanha a discussão há bastante tempo, é uma defensora de muito tempo atrás, vai fazer uso da palavra agora, e depois vamos abrir o debate para outros participantes, seguindo o Regimento da Casa.

Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Nobre colega Deputado Zé Augusto Nalin, que preside esta audiência pública, quero saudar os nossos convidados e dizer que eu não consegui acompanhar as falas dos nossos palestrantes em função das demais agendas. Ali mesmo, no plenário em frente, estamos discutindo a questão do envelhecimento saudável, além das atribuições que temos no plenário principal.

Mas, como membro desta Comissão, não poderia me furtar a estar aqui na tarde de hoje, para discutir e questionar um pouquinho sobre a dificuldade que as pessoas com deficiência ainda têm para ter acesso efetivo à comunicação — é a avaliação que eu faço —, em especial no tocante ao tema que estamos tratando, que é: *A deficiência visual e os meios de comunicação*.

Eu costumo dizer, Deputado Zé Augusto, que, entre a legislação e as políticas públicas e o cumprimento da legislação por parte de todos os setores, existe um abismo, que nos separa da implementação mesmo, do acesso efetivo para todas as classes sociais. Nós não podemos dizer que tratamos de forma igual os deficientes. Conforme o seu nível social, quem tem recursos financeiros, quem tem acesso a tecnologias consegue ter acesso a uma informação mais precisa.

Nós estamos falando aqui de recursos visuais. Pacientes precisam de uma tela e lupa para fazer leitura e não têm acesso a isso na política pública de saúde.

O deficiente visual precisa ter acesso aos veículos de comunicação, precisa ter acesso à comunicação. Então, eu quero pedir à nossa Empresa Brasil de Comunicação, na pessoa do seu Diretor de Engenharia, o Sr. José Arimatéia,

e à nossa ANATEL que não meçam esforços no sentido de garantir o cumprimento da legislação brasileira, para fazer um pouquinho daquilo que o Willian aqui colocou, que é garantir aos deficientes visuais o direito à informação e o direito a viver numa sociedade mais justa, mais igualitária, independentemente do tipo de deficiência.

Este plenário deveria estar cheio de Parlamentares. Não está, mas não é porque os membros da Comissão não tenham preocupação com todos os temas. É que hoje a reunião coincidiu, lamentavelmente, com sessão do Congresso, e aí a dinâmica da Casa passa a ser um pouquinho diferente da correria do dia a dia.

Mas não poderia me furtar a fazer esse apelo às nossas entidades, para que efetivamente busquem garantir às pessoas com deficiência o acesso a recursos tecnológicos disponíveis, para que estas tenham nos seus domicílios a informação.

Era essa a minha colocação, nobre Presidente desta Comissão, era esse o meu apelo às entidades convidadas para a audiência pública. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Muito obrigado, Deputada, pelas suas palavras.

Pergunto aos membros da Mesa se querem responder ou fazer alguma colocação. Fiquem à vontade. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. José Arimatéia Araújo.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Primeiro, quero agradecer pela participação da Deputada. É muito importante esta discussão e a sua presença engrandece o debate.

Eu quero registrar também que vim acompanhado de duas pessoas: Adriano Adoryan, nosso Gerente-Executivo de Desenvolvimento de Tecnologia, e o Fernando Imbroisi, o Fernandão, que também é Gerente de Desenvolvimento.

O Fernandão tem uma especificidade, porque é membro da nossa Comissão de Acessibilidade, além de trabalhar no desenvolvimento das coisas, quer dizer, ele realmente é atuante. Eu pediria até à Mesa que, se possível, levasse o microfone ao Fernandão, que poderia falar um pouco do trabalho da Comissão da EBC, do que está sendo feito nos nossos veículos. Como integrante da Comissão, ele tem alguma contribuição a nos dar neste debate.

Depois, eu passaria a palavra ao Adriano, que também está trabalhando conosco. Estamos envidando todos os esforços para cumprir a legislação. Como eu disse, nós queremos estar na vanguarda desse processo.

Fernandão, por favor.

**O. SR. FERNANDO IMBROISI MARTINS BORBA** - Meu nome é Fernando Imbroisi Martins Borba, sou Gerente de Desenvolvimento na Empresa Brasil de Comunicação e membro da Comissão Permanente de Acessibilidade da empresa.

Essa Comissão foi formada em 2011, após 4 anos de existência da EBC, para tratar das questões de acessibilidade, seja predial, seja em veículos de comunicação, seja na *web*.

Falo aqui exclusivamente da pessoa com deficiência visual, seja baixa visão ou sem visão. Todos os normativos da casa foram revistos para se incluir a obrigatoriedade da audiodescrição na programação. Então, em todas as contratações de produção da EBC, isso é obrigatório. Não havia a obrigatoriedade da audiodescrição; ela foi incluída nos nossos normativos. Só contratamos o produto com a audiodescrição.

Mas ainda temos uma dificuldade, a transmissão ao vivo. E eu convido a ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, não só o representante de Brasília, para conversar conosco, com os membros da Comissão de Acessibilidade, sobre o desafio da transmissão ao vivo. Qualquer transmissão ao vivo, por exemplo, um jornal, não comporta a audiodescrição, no mesmo espaço, a descrição de tudo o que está acontecendo. A imagem precisa ser imaginada, como acontece na descrição de um livro. Uma pessoa que não tem a visão não consegue, só ouvindo duas vezes, entender a participação das pessoas. Isso, para ela, muitas vezes se perde na semântica. Nós temos a informação visual, eles não têm essa informação. Como fazer a apresentação ao vivo e passar a informação para o deficiente visual? Às vezes o apresentador tem 30 segundos para dar uma notícia, uma manchete. Então os deficientes visuais não têm a informação do que está sendo discutido. Muitas vezes aparece na tela a indicação do lugar onde o apresentador está. Por exemplo: *“Fulano de Tal está em Marabá, no Pará”*. Mas eles não sabem que o apresentador está em Marabá, porque a informação só aparece na legenda do vídeo.

Então, é um desafio, em tão curto tempo, trazer a informação ao vivo para o deficiente visual. Em teoria, precisa haver a locução paralela, da pessoa fazendo a audiodescrição, e, ao mesmo tempo, um atraso em relação ao conteúdo que está sendo descrito. Talvez ele precise até ser resumido. Outra opção seria trazer a edição do jornal ao vivo para a *web*, para que a pessoa tenha acesso posterior, ou, talvez, numa segunda edição, tentar produzir o conteúdo já com a informação. Mas, se o conteúdo não é ao vivo, sendo gravado para ir ao telejornal, deve ser discutido com a logística como fazer isso na edição, para deixar essa informação pronta para ir ao ar.

Hoje, nós cumprimos a legislação, mas, sendo bem honestos, sabemos que só cumpri-la não é suficiente. Vocês devem sentir isso na pele. A quantidade de horas de audiodescrição é só uma base, uma linha de base, para que todas tenham certa padronização. É fácil fazer isso com conteúdo gravado, mas é um desafio quando se está ao vivo.

Eu faço um convite. Como empresa pública, nós temos a obrigação de recebê-los, na Comissão de Acessibilidade, para discutir a estratégia de como fazer isso, para que isso seja mais bem aproveitado. Apesar da baixa audiência em nossos veículos, eu os convido a conhecer a qualidade do padrão que existe na comunicação pública, tanto da *NBR* quanto da *TV Brasil*, porque essas informações estão lá presentes. Teoricamente, nós somos uma das poucas emissoras de televisão que cumprem a lei em sua totalidade. É complicado para a ANATEL fazer a fiscalização. Nós gostaríamos de ser essa referência. Estamos à disposição. Sabemos que é complicado trazer essa informação para o principal, para a notícia.

Convido-os também a conhecer a *Radioagência*, na Internet, que tem narração de notícias para rádio. Normalmente, as rádios consomem esse conteúdo. Recomendo que vocês conheçam o conteúdo da *Radioagência*, que tem muita informação, tanto desta Casa quanto do Executivo, que é enviada pela *Rádio Câmara* e pelo nosso pessoal da produção do Palácio do Planalto. Essas informações vão agregar e são fáceis de serem compreendidas, porque já são preparadas para o áudio. Está feito o convite.

Se for preciso, podemos discutir outros tipos de acessibilidade. Existem outras deficiências visuais, como o daltonismo, que também é um problema sério quando é necessário levar a informação para pessoas com baixa visão, que

precisam de contraste ou que precisam de diferenciação de cor. Eu tenho que lembrar que a Bandeira Nacional é verde e amarela e que, para quem tem dicromia, isso é um problema, se for usado o amarelo. Quando é azul e vermelho, nós também temos o azul. Isso normalmente ocorre com cores básicas, que são usadas pelos *sites* e nas paletas de cor utilizadas em documentos e panfletos. Então, não só a comunicação, mas o material a que as pessoas têm acesso, inclusive na comunicação para a *web*, precisam ser revistos.

Nós cumprimos o que o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico — eMAG nos obriga a fazer: colocar contraste, usar fontes suscetíveis de serem aumentadas, para que as pessoas possam enxergar, e de serem utilizadas pelo leitor, para que as pessoas possam ouvir o que está escrito na tela. Isso é fácil, mas não é o suficiente. Sabemos que não é. Por isso, estamos à disposição para complementar isso no que for possível.

Em relação às outras TVs, se elas quiserem participar, estamos abertos como empresa pública.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Obrigado, Fernando.

Complementando a fala do Fernando, não só a EBC e seus programas jornalísticos com transmissão ao vivo, mas também as emissoras privadas já estão usando essa ferramenta para armazenar o produto e colocar na *web* em algum momento, para que as pessoas possam acessá-lo posteriormente, principalmente aqueles que têm deficiência e que não puderam ouvir ou ver o conteúdo quando ele foi veiculado ao vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Eu queria apresentar a Sofia, esta jovem que está aqui hoje fazendo a audiodescrição ao vivo. Ela é filha da Profa. Soraia, da UnB. Como eu comentei, ela fica lá atrás escondida. Eu quis que ela viesse aqui, para as pessoas perceberem que ela é jovem. Nós temos um caminho longo e profícuo a ser percorrido.

Parabéns, Sofia, pela sua dedicação a essa profissão.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Antes de passar a palavra ao Adriano, eu queria informar a respeito da nossa grade de programação, não só em relação ao uso dos recursos de acessibilidade, mas também à produção de programas específicos que compõem a nossa grade, como o *Jornal Visual*, um programa especial que tem uma boa audiência. Sabemos que a produção

desses conteúdos deve ser ampliada, dado o número de 46 milhões, que precisamos atingir.

Passo a palavra ao Adriano, que é nosso Gerente-Executivo de Desenvolvimento, que também pode contribuir para o debate.

**O SR. ADRIANO ADORYAN** - Boa tarde a todos.

Trago uma contribuição sucinta. Nós buscamos explorar as possibilidades da tecnologia para nos apoiar nesse processo. Estamos há alguns anos acompanhando um trabalho da Universidade Federal da Paraíba em que são utilizados avatares para fazer a transcrição em LIBRAS de forma automática. O Ministério do Planejamento, através da sua área de TI, tem financiado esse estudo, visando principalmente à incorporação desses avatares e desse dicionário de LIBRAS no ambiente *web*. Esses estudos relatam que o avatar não é tão rico quanto o ser humano, mostrando que existe uma série de questões de qualidade nessa transcrição como, por exemplo, a incapacidade do avatar em contemplar regionalismos. Entretanto, nós entendemos que o uso dessa tecnologia pode avançar e preencher um vácuo em que o ser humano não consegue atuar. Temos olhado para isso.

No Fórum de TV Digital, nós temos acompanhado discussões e contribuído para incorporar esse tipo de ferramenta na transmissão, entendendo que essas etapas são necessárias para permitir esse atendimento nessa transição e nessa evolução.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Eu vou permitir que o Sr. Antônio Vitor Gomes Leitão, Secretário-Executivo do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência, faça sua pergunta, e depois todos ficam liberados para responder.

**O SR. ANTÔNIO VITOR GOMES LEITÃO** - Boa tarde a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Aliás, saindo daqui, eu já vou propor à Câmara Legislativa do Distrito Federal, através de algum mecanismo, que crie uma Comissão semelhante, para que os trabalhos sejam desenvolvidos lá também, porque o trabalho é muito interessante.

Eu faço um programa de televisão, de 15 em 15 dias, na *TV Comunitária*, no canal 12 da Net, aqui em Brasília. Eu fico imaginando, dadas as possibilidades mínimas da *TV Comunitária*... Eu não tenho como me dar ao luxo de utilizar os recursos mínimos necessários para a acessibilidade comunicacional.

A acessibilidade é ambiental, atitudinal e institucional. No que diz respeito à comunicação — estou falando não só da comunicação eletrônica, mas de comunicação de modo geral entre as pessoas —, vemos que precisamos de mais acessibilidade atitudinal, para que as pessoas se comuniquem, se relacionem, se entendam. É uma pena a ABERT não estar aqui, mas, com certeza, na medida em que for possível haver um diálogo propositivo e mais acolhedor entre as pessoas, as coisas vão acontecer de maneira prática, vão evoluir com mais facilidade.

Não adianta termos uma legislação de 2000, até porque na Europa não se fala mais em pessoa com deficiência, fala-se em diversidades funcionais. Inclusive eu sugiro ao Deputado que está promovendo a sessão que pesquise essa expressão “diversidades funcionais”. Ele vai ver que se amplia muito mais o público-alvo, que merece a atenção desta Comissão.

Mas a pergunta que eu quero fazer ao pessoal da RADIOBRÁS é: hoje, diante da dificuldade de obter recursos que os senhores têm, como estão conseguindo fazer esse trabalho, e com muita boa vontade?

Eu digo também que a ANATEL, em vez de ser um órgão de certa forma vinculado ao Governo, deveria ser um órgão mais independente, para poder fazer uma fiscalização mais profícua — não digo que não façam o trabalho — no que diz respeito a fazer as pessoas cumprirem a lei. A lei aqui anda, como disse a Deputada que me antecedeu, mas a prática está a quilômetros e quilômetros de distância.

Precisamos, realmente, adequar isso. Há legislação excessivamente avançada, que poderia ser considerada do século XXX, e uma cultura meio medieval. Então, como é que vocês que gerem a EBC conseguem produzir algum trabalho nesse ambiente?

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Obrigado pela pergunta. Ela é importante, até porque, como eu dizia, aqui não é fórum de se chorar o leite derramado, mas sabemos que as restrições orçamentárias comprometem muito



daquilo que nós, como empresa pública e como comunicação pública, deveríamos estar fazendo.

Como eu disse anteriormente, a nossa normativa técnica para aquisição de conteúdos — o Fernando confirmou isso — já prevê que o fornecedor desses conteúdos nos entregue a legenda oculta e a audiodescrição. Isso nos facilita o cumprimento da legislação. Mas orçamentariamente ainda não conseguimos trabalhar, de repente, quem sabe, uma rubrica própria para haver esse tipo de atendimento não só nos procedimentos do funcionamento da EBC: da locomoção, da comunicação no rádio e na televisão, mas também internamente, para fazer os acessos necessários para essa comunidade como um todo.

Então, temos nos desdobrado, estamos atendendo a norma, mas queríamos estar muito além disso. Como o Adriano disse, temos a nossa área de tecnologia fazendo estudos, acompanhando o que está acontecendo, mas muitas vezes nos limitando pela falta do recurso para colocar algumas coisas em prática.

Obrigado. Espero ter respondido. E estamos lá à disposição também se quiser nos visitar para conhecer um pouco desse trabalho nosso. Sei de suas dificuldades lá na TV comunitária. Sempre que possível, estamos contribuindo com a TV para poder ajudar.

**O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI** - Eu gostaria de fazer um esclarecimento aqui em relação à pergunta da Deputada e do Sr. Antônio. O papel da ANATEL é o cumprimento da política pública, e ela não tem competência para fazê-la. Ela cumpre política pública determinada pelo Ministério e pelo Poder Legislativo, por esta Casa.

A ANATEL tem 20 anos, foi criada em 1997, está estruturada em todos os Estados com quadro próprio de excelente qualidade — são pessoas de alto gabarito —, e a fiscalização está presente nas 27 Unidades da Federação.

Fiscalizamos dentro das nossas possibilidades, porque temos um leque imenso de fiscalizações a serem cumpridas, por demandas da sociedade. A radiodifusão, nesse caso, é por convênio. A competência seria do Ministério. Por convênio, ela foi repassada para a Agência, mas o poder de sanção é do Ministério.

E falei em demanda, Deputado, porque, como isso é competência do Ministério, as denúncias são a ele encaminhadas, e ele filtra o que vai passar

para a Agência fiscalizar. Então, se chegar alguma reclamação à Agência, ela a levará ao Ministério, e ele é que fará a demanda à ANATEL.

Volto a reforçar, a política pública é realmente feita por esta Casa e pelo Poder Executivo, na figura do Ministério, e na fiscalização agimos como temos que agir, na forma republicana. Vamos conferir o que está sendo feito com o que está na norma e depois instruir o processo e repassá-lo para o Ministério, que aplica a sanção ideal.

É isso.

**O SR. WILLIAN FERREIRA DA CUNHA** - Fernando, a Associação Brasileira de Deficientes Visuais, a Associação de Amigos do Deficiente Visual e a Organização Nacional de Cegos do Brasil colocam-se à disposição para contribuir no que for necessário.

Eu sei que os desafios são imensos. E nós usuários não sabemos até que ponto nós podemos contribuir nessa questão da transmissão com todo o recurso de acessibilidade ao vivo.

Quanto às programações e posterior disponibilidade nas redes de comunicação, acredito que, para as empresas de comunicação, isso não é tão misterioso, porque vai passar por um processo de edição.

A Deputada Carmen disse uma coisa bem interessante. Eu, como advogado, vejo essa programática na elaboração, no processo legislativo.

O Brasil, sem dúvida, é muito avançado no que diz respeito a assegurar direitos, mas há uma grande deficiência no processo de regulamentação desse direito. E, em relação a quem vai arcar com ele, já encontramos outro problema.

Eu agradeço a Deus por ter nascido numa família que me garante acesso à educação. Vou dar um exemplo: tenho uma lupa eletrônica. Em razão do curso de Direito, faço muita leitura. É uma lupa simples. Ela não tem mais tecnologia do que um *smartphone*, e aqui no Brasil custou 4 mil reais. Para mim, isso foi custo-benefício, porque deixei de fazer adaptação de materiais por ter acesso à leitura naquele momento em que a lupa estava ligada. Mas, quando olhamos um bônus demográfico de 24% da população brasileira que tem deficiência, isso requer urgência na implementação de leis tão importantes.

O senhor disse — pelo esclarecimento, acho que entendi, mas vou fazer essa provocação novamente — que a ANATEL age sob provocação. Entendo que a ANATEL está jogando para as entidades de defesa de direitos uma

obrigação muito complicada. As entidades que ainda têm pernas para lutar na defesa de direitos não têm um recurso grande para fazer essa fiscalização. É óbvio que um usuário ou outro vai... Há a ouvidoria, há os canais para fazer essa reclamação.

Pensando que nós estamos falando da máquina pública, eu não sei se existe isso, mas a ANATEL e o Ministério a que ela é vinculada devem, no mínimo, exigir um relatório trimestral e um semestral para as empresas que são obrigadas a fazer o cumprimento dessa acessibilidade. Estamos falando da máquina pública, que tem recursos. Eu sei que o País está passando por um processo orçamentário, com tantos déficits, mas a ANATEL não pode transferir para os usuários uma obrigação dela. Talvez eu não tenha compreendido a fala do senhor, mas eu quero deixar bem claro que é papel da ANATEL fazer essa cobrança. Eu sei que tem feito — o senhor trouxe alguns dados —, mas acho que, para haver uma fiscalização mais contundente, nós precisamos exigir de quem é obrigado a cumprir a lei relatórios de como a política está sendo implementada dentro das suas empresas, por mais que sejamos barrados por argumentos do tipo: *“Ah, é muito caro fazer acessibilidade”!* Nós sabemos! Por isso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz o princípio da razoabilidade, dentro da proporcionalidade.

Então, nós podemos, sim, garantir a acessibilidade dentro do razoável. Nós não precisamos trazer recurso de outro mundo, de outro país. Nós queremos ter acesso à informação, mas o que é viável para você está bom para nós? Não sei; nós dois temos que conversar. Por isso é importante haver essas audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Antes de ele responder, nós vamos ouvir mais uma pergunta.

Concedo a palavra ao Luciano Ambrósio, assessor do Senador Paulo Paim.

**O SR. LUCIANO AMBRÓSIO** - Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão, em nome do Senador Paulo Paim, e parabenizá-la pelos trabalhos que tem desenvolvido ao longo deste 1 ano de existência, se não me engano.

A minha pergunta é no mesmo sentido da pergunta do Willian. Como poderia tornar mais efetiva essa fiscalização da ANATEL no cumprimento da legislação na promoção da acessibilidade comunicacional? Como o cidadão, lá

no seu Município, pode demandar essa fiscalização da ANATEL, quando ele perceber que esse direito da acessibilidade não está sendo cumprido? Como ele pode fazer isso ali no varejo?

Obrigado.

**O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI** - Eu vou esclarecer, pois talvez eu não tenha sido entendido.

Nós não vamos terceirizar nunca. A fiscalização é papel da ANATEL. Isso é a primeira coisa. O Brasil é muito grande, tem radiodifusoras em todos os Municípios. É impossível fiscalizar todas elas 24 horas por dia. Isso demandaria um excesso de gravações, de fiscalizações. Ninguém tem perna para fazer isso. O que nós esperamos são reclamações. A sociedade tem que se organizar. Hoje, o controle social é um dos controles mais importantes que existem. Temos que ser demandados. As pessoas têm que chegar até nós. Se temos notícia de alguma coisa, nós atuamos. Somos todos servidores públicos. Ninguém vai agir com improbidade, ninguém vai prevaricar. Se tivermos notícia de alguma irregularidade, nós vamos atuar.

Vários são os meios de essa notícia chegar à ANATEL — essa foi a pergunta do Luciano. Há aplicativos quem podem ser baixados em qualquer *smartphone* para fazer alguma reclamação. Podem reclamar por qualquer meio, como Internet, carta, o número de telefone 1331, da Agência. Existem escritórios também.

Como somos um órgão público, vamos encaminhar a demanda para o órgão correto, a fim de fazer a verificação, já que a responsabilidade é do Ministério.

Então, repito, isso pode ser feito de qualquer forma, por carta, *e-mail*. Há o Fale Conosco na própria Agência. Eu acredito que no Ministério também haja essas portas de entrada, até pela Internet, para que seja feita a reclamação. Inclusive o número de telefone 1332, da Agência, recebe reclamações de pessoas com deficiência. A Central de Intermediação faz todo o recebimento dessa reclamação.

Não quero ficar me lamentando muito aqui, mas temos muita limitação orçamentária. Isso demanda um trabalho hercúleo da fiscalização, porque temos que gravar a programação das rádios — nós estamos falando de milhares de

radiodifusoras — a semana inteira, além de degravar e verificar imagens para ver se tudo está sendo cumprido.

Quanto à questão do relatório, como você falou, eu considero uma excelente ideia, mas isso tem que estar previsto na regulamentação, que é do Ministério. Não podemos exigir nada mais, nada menos do que está previsto na regulamentação. Quando eu digo nada mais, nada menos, quero dizer: nada além e nada a menos do que está na legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Mais alguém quer fazer alguma pergunta? A hora é esta. *(Pausa.)*

O Sr. Antônio se habilita?

**O SR. ANTÔNIO VITOR GOMES LEITÃO** - Mais uma vez, parabéns pela sua atuação, Deputado.

A sugestão que quero dar é para a própria Câmara dos Deputados, para a Comissão, no que diz respeito à elaboração de legislações, porque foi colocado aqui há pouco que os direitos são assegurados por lei, só que, pelo que temos visto, lei não assegura direito coisa nenhuma, porque ela é prolixa e aberta. Cada artigo tem duas, três ou quatro interpretações. É complicado.

Desculpe-me, Deputado, por fugir um pouco da questão, mas o que fazer para que se criem, digamos, leis que assegurem direitos, leis mais simples, menores. A nossa Constituição é muito grande. Isso dificulta até o entendimento, porque nós vivemos em um país onde há 20 milhões de analfabetos.

Aproveitando a oportunidade, ontem eu fui comprar um remédio chamado Escitalopram, e cada caixa dele custa 288 reais. Eu fico pensando quem ganha o salário mínimo como é que faz?

Desculpem-me eu tentar levar o debate para essa amplitude. Falei anteriormente em diversidade funcional porque, se nós formos trabalhar na perspectiva desse tipo de diversidade, teremos um público muito maior para atender. Portanto, o que fazer realmente para que leis também sejam mais acessíveis às pessoas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Obrigado pela sua colocação, Sr. Antônio. Se o senhor não fizesse novamente uso da palavra, eu voltaria a falar de diversidades funcionais.

Esta Comissão, parece-me, foi criada há pouco mais de 1 ano, em 2015. Mas existem na Casa várias outras Comissões que também tratam de temas

correlatos. Quem sabe, daqui a um tempo, nosso tema caminhe para outros, como o do idoso, e assim sucessivamente, abrangendo tudo num único tema. Eu acho que já estamos no início.

Nesse começo, nós vamos descobrindo tantas dificuldades e tantas coisas novas. Hoje fiquei aqui encantado. Eu até perguntei para a secretária onde ficava a menina que faz os sinais e onde ficava a outra. Ela me disse que a outra ficava lá escondida e eu disse: “*Nunca vi*”. Por isso fiquei tão feliz e quis demonstrar porque, de repente, muita gente pode não perceber isso também.

Então, eu acho que é um caminhar, é tudo muito novo. A sociedade e os políticos precisam estar juntos, porque quem sabe das necessidades é a sociedade.

Este é o meu primeiro mandato, eu não fiz lei alguma e, sinceramente, não pretendo fazer lei alguma. Eu pretendo observar se é possível serem aplicadas as que já existem, porque eu acho que — é uma suposição minha — 90% das leis que tramitam nesta Casa não servem para nada, no sentido de serem cumpridas.

Foi a pergunta do Willian, não foi? Repete para mim a pergunta: quem banca? Porque às vezes nós fazemos as leis, mas temos que saber de onde vem o recurso e como ele vai ser aplicado.

Então, acho que o dia de hoje é um marco. Em relação ao que ficou para trás, devemos saber o que pode ser melhorado. Daqui para frente, se fizermos tudo de acordo com as necessidades da pessoa deficiente, como o Willian nos disse aqui, os senhores podem ter a certeza de que todos os outros vão usar com muita tranquilidade.

Essa é a minha visão.

Agora vou abrir a palavra para que cada palestrante faça as suas considerações finais. Depois eu farei o meu agradecimento.

Nós já estamos chegando ao final da reunião. Às 17h nós teremos que entregar o plenário.

Parabéns! Os senhores estão cumprindo o horário.

Com a palavra o Sr. José, para fazer as suas considerações finais.

**O SR. JOSÉ ARIMATÉIA ARAÚJO** - Eu quero, mais uma vez, agradecer o convite feito à Engenharia e Tecnologia da Empresa Brasil de Comunicações — EBC para eu estar presente aqui, representando a empresa, na ausência do

nosso Presidente. E eu espero ter contribuído, juntamente com o Adriano e o Fernando, para este debate. Estamos abertos na EBC a qualquer pessoa que queira nos visitar para conhecer a casa, ver o que nós estamos fazendo. Nós estamos realizando a questão da acessibilidade.

Como eu disse, mesmo com as dificuldades orçamentárias, nós estamos procurando cumprir tudo aquilo que os normativos mandam. E queríamos estar muito à frente disso. Infelizmente, no momento, não nos encontramos assim, mas continuamos trabalhando para que isso ocorra em um futuro breve.

Então, eu quero agradecer, em nome do Fernando e do Adriano, o convite a nós feito. Estaremos à disposição, sempre que convocados, para contribuir com os debates desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Com a palavra o Sr. Marcus.

**O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI** - Eu gostaria de agradecer a todos e reafirmar tudo aquilo que nós dissemos nesta audiência, falar da importância do tema acessibilidade para a inclusão das pessoas na vida digital nos dias de hoje. Inclusive, a ANATEL trata de outras formas de telecomunicações, não só da radiodifusão, mas também de um regulamento próprio para o acesso aos serviços de telecomunicações, como o Serviço Móvel Pessoal — SMP e o Serviço Telefônico Fixo Comutado — STFC, que respectivamente os chamamos de Serviço Móvel ao Celular e Serviço Fixo à Telefonia.

Mais uma vez, gostaria de agradecer, em nome do Presidente da ANATEL, o engenheiro Juarez Quadros, o convite e coloco a Agência sempre à disposição desta Comissão.

Gostaria de agradecer também ao Presidente Deputado Cabo Sabino, que não se encontra neste momento nesta Comissão, a V.Exa., Deputado Zé Augusto, e aos Deputados Lobbe Neto e Carlos Gomes, que são os autores do requerimento para se debater questão tão importante como a acessibilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Muito obrigado.

Agora vou passar a palavra ao Willian Ferreira.

**O SR. WILLIAN FERREIRA DA CUNHA** - Também quero agradecer ao Presidente da Mesa e a todos os que vieram aqui fazer a sua explanação. Em

nome do Sr. Flávio Luis, Presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais — ABDV, e da Sra. Maristela Batista, da Associação dos Amigos dos Deficientes Visuais — AADV, coloco as duas entidades à disposição para discutir políticas públicas que envolvem pessoas com deficiência visual. Garantir a acessibilidade é se fazer cidadão.

Se tomarmos por base que garantir a acessibilidade só gera custo, é o próprio Estado praticando essa discriminação. E a ideia não é essa. A ideia é garantir a acessibilidade a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Augusto Nalin) - Muito obrigado.

Nós vamos encerrar esta audiência, agradecendo ao nosso Presidente, o Deputado Cabo Sabino, que não pôde estar presente, aos requerentes desta audiência, os Deputados Lobbe Neto e Carlos Gomes. Gostaria de agradecer também a presença da Deputada Carmen Zanotto.

Mais uma vez, informo aos senhores que será enviado aos representantes que não puderam comparecer as notas taquigráficas e os áudios desta reunião na íntegra, para que tomem ciência dos fatos aqui relatados. Aos que não puderam comparecer, que são os representantes da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão — ABERT, o Sr. Álvaro Vasconcelos, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL e do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC, vamos usar a tecnologia e mandar notícias.

Agradecendo a presença de todos, convoco os senhores membros da Comissão para o I Seminário Internacional Educação ao Longo da Vida, a ser realizado em conjunto com a Comissão de Educação, no dia 12 de setembro, às 13h, no Auditório Nereu Ramos.

Está encerrada a presente audiência pública. Até breve.